



RESULTADO

1T21

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2021

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do primeiro trimestre de 2021.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, com base no método retrospectivo modificado, explicado na seção 4.4 deste documento.

A partir do 2T20, a Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receitas e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a “Receita de construção” passou a ser “Receita de implementação de infraestrutura”, (ii) a “Margem de construção” passou a ser “Margem na implementação de infraestrutura” e (iii) o “Custo de construção” passou a ser “Custo de implementação de infraestrutura”.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica de capital aberto principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre as margens e taxas de remuneração dos projetos (taxas implícitas), visto que no modelo anterior utilizava-se as WACC regulatórias estabelecidas pela ANEEL. Todos os impactos foram calculados e registrados no 4T20, no entanto, para efeitos de comparabilidade, a Companhia procedeu a reapresentação dos valores correspondentes de 31 de março de 2020. Os saldos referentes aos trimestres encerrados em 30 de junho e 30 de setembro de 2020, também, serão reapresentados a cada divulgação trimestral do respectivo resultado de 2021.

Com a adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras (linha de “Arrendamento”) e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (curto e longo prazos) e no Direito de Uso (longo prazo) do Ativo. Portanto, a partir de 2019, são observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais e de despesas financeiras, entre os Resultados Regulatório e IFRS. É importante ressaltar que na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação. É importante mencionar

que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Neste sentido, a Companhia informa que procedeu com a reapresentação de seu Resultado Regulatório referente ao exercício de 2020, em função de uma baixa de R\$ 15,1 MM relacionada a um contas a receber registrado na contabilidade regulatória no exercício de 2019 da concessão São João Transmissora de Energia S.A., com base em uma liminar referente aos recebimentos das RAPs dos meses de julho, agosto, outubro e novembro de 2019 deste ativo. Em 2020, a Companhia procedeu com a baixa deste contas a receber, tendo em vista a não recuperabilidade do mesmo.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, "Transmineiras"), ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Videoconferência de Resultados por Webcast

6 de maio de 2021
quinta-feira
Brasília 11h00
Nova York 10h00

Webcast em Português: [Clique aqui](#)

Webcast em Inglês: [Clique aqui](#)

André Augusto Telles Moreira

Diretor Presidente

Erik da Costa Breyer

CFO e DRI

Cristiano Prado Grangeiro

Gerente de RI

Contato RI

investor.relations@taesa.com.br

Telefone

+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2. RESUMO DO RESULTADO	7
3. VISÃO GERAL	9
3.1. Estrutura Societária	9
3.2. Estrutura Societária TBE	9
3.3. Estrutura Societária AIE	10
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	11
4.1. Desempenho Operacional	11
4.2. Ciclo da RAP 2020-2021	12
4.3. Queda de 50% da RAP	13
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	15
4.5. Receita Líquida IFRS	18
4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	20
4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS	21
4.8. Receita Líquida Regulatória	22
4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	23
4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório	24
4.11. Composição do EBITDA Regulatório	25
4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS	26
4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória	26
4.14. Resultado Financeiro Líquido	27
4.15. Impostos	28
4.16. Lucro Líquido	31
4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	33
4.18. Endividamento	34
4.19. Investimentos	36
4.20. Projetos em Construção	36
4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)	39
4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19	40
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
5.1. Receita IFRS por Concessão	41
5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	42
5.3. DRE 1T21	43
5.4. DRE IFRS 1T21 (Subsidiárias)	44
5.5. DRE Regulatório 1T21 (Subsidiárias)	45
5.6. Reconciliação do EBITDA	46
5.7. Balanço Patrimonial	47
5.8. Fluxo de Caixa IFRS	48
5.9. Fluxo de Caixa Regulatório	49

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

CONSISTÊNCIA NOS RESULTADOS REAFIRMA RETOMADA DE CRESCIMENTO

A Taesa apresentou consistentes resultados no primeiro trimestre de 2021 comprovando seu compromisso com o pilar estratégico de crescimento sustentável. Vale lembrar que desde 2020 a Companhia vem apresentando uma retomada do crescimento no resultado operacional regulatório impulsionada pela entrada em operação de alguns empreendimentos em construção e ativos adquiridos nos últimos anos.

A receita operacional líquida regulatória da Companhia apresentou um crescimento de 3,6% na comparação com o primeiro trimestre de 2020, totalizando R\$ 386,4 MM. Se excluirmos os eventos não-recorrentes deste trimestre, a receita líquida somaria R\$ 395,4 MM, registrando um crescimento anual de 6,1%.

Já o EBITDA regulatório do 1T21 registrou R\$ 316,7 MM, com um crescimento de 1,3% e uma margem EBITDA de 82,0% no período. Se desconsiderarmos os efeitos não recorrentes do trimestre, o EBITDA totalizaria R\$ 334,3 MM, apresentando um aumento de 6,9% contra o 1T20 e uma margem EBITDA de 84,5%, superior ao 83,9% registrado no mesmo período do ano passado.

Em termos de resultado IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 555,9 MM no trimestre, 42,1% maior que o mesmo trimestre de 2020, devido principalmente aos maiores índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, com maior efeito do IGP-M que registrou 6,2% no acumulado do 1T21, e às aquisições e entrada em operação de Mariana em 2020.

Do ponto de vista operacional, a Companhia manteve um alto índice de disponibilidade das linhas, em 99,96%, e uma parcela variável abaixo de 1,0% da RAP neste trimestre, demonstrando sua solidez, consistência e resiliência operacional.

Seguimos dedicados e priorizando os nossos seis empreendimentos em construção. Alguns deles se encontram em estágio avançado de execução com expectativas de entrega antes do prazo-limite da ANEEL e possibilidade de conclusão ainda em 2021. Vale ressaltar que esses empreendimentos juntos representam aproximadamente R\$ 5 bilhões em investimentos e uma RAP de R\$ 875 MM (ciclo 2020-2021). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o montante a ser investido é de R\$ 3,2 bilhões com uma RAP proporcional de R\$ 567,5 MM.

A Sustentabilidade segue como um alicerce fundamental para Companhia em todos os aspectos e é parte integral do planejamento estratégico de longo prazo da Taesa aprovado recentemente pelo seu Conselho de Administração.

Em 28 de abril de 2021, a Companhia divulgou seu relatório de sustentabilidade – novo nome do relatório socioambiental –, trazendo maior transparência com a adoção do padrão internacional Global Reporting Initiative (GRI) e apresentando evolução das nossas diversas práticas ASG (Ambiental, Social e Governança), atestando assim a sua relevância na Taesa. O relatório engloba 5 dimensões que abordam temas relevantes para o aprimoramento e conscientização das práticas de sustentabilidade para os públicos internos e externos. Dentre os temas abordados, destacamos: levantamento do inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), programa de diversidade e inclusão, certificação Great Place to Work com 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2020 no segmento Geração, Distribuição e Transmissão, práticas de Governança Corporativa, as ações de enfrentamento à pandemia, entre outras. Inclusive, no âmbito

do programa de diversidade e inclusão, a Taesa aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP's), uma iniciativa da ONU Mulheres e Organização Internacional do Trabalho, que busca apoiar e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no local de trabalho, mercado e comunidade.

Por fim, vale destacar que, no dia 29 de abril de 2021, a Assembleia de Acionistas aprovou a destinação do lucro líquido de 2020. Portanto, até 31 de maio de 2021 serão pagos os dividendos adicionais no valor de R\$ 561,9 milhões (R\$ 1,63/ Unit), representando um payout de 71,0% do lucro líquido IFRS.

E com relação à diretoria da Taesa, anunciamos no dia 12 de março de 2021 a eleição do Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação, completando assim a time de executivos da Diretoria Estatutária da Companhia.

A Taesa reforça seu foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, disciplina financeira, eficiência operacional e geração de valor aos seus acionistas, ratificando o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade, respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

2. RESUMO DO RESULTADO

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
	1T21	1T20*	Var.%	1T21	1T20*	Var.%
Receita Líquida IFRS	908,4	688,4	32,0%	1.376,6	1.105,5	24,5%
Lucro Líquido IFRS	555,9	391,2	42,1%	761,1	565,3	34,6%
Receita Líquida Reg.	386,4	372,8	3,6%	491,3	482,0	1,9%
EBITDA Reg.	316,7	312,7	1,3%	409,2	409,1	0,0%
Margem EBITDA Reg.	82,0%	83,9%	-1,9 pp	83,3%	84,9%	-1,6 pp
Dívida Líquida	5.226,1	4.034,0	29,5%	6.392,1	4.590,2	39,3%
Dívida Líquida/EBITDA	-	-	-	3,9	3,0	30,0%

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 (IFRS).

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 555,9 MM no 1T21, +42,1% quando comparado ao mesmo período de 2020. devido principalmente a:
 - (i) Maiores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M, com reflexo na receita de correção monetária (+R\$ 241,5 MM);
 - (ii) Consolidação dos resultados das aquisições de São João, São Pedro, Lagoa Nova, e da entrada em operação da concessão de Mariana, com impacto aproximado de +R\$ 30 MM no lucro líquido entre os trimestres comparados;
 - (iii) Aumento de 17,9% na equivalência patrimonial resultado também dos maiores índices macroeconômicos que impactaram positivamente a receita de correção monetária das participações;
 - (iv) Os efeitos acima foram compensados em parte por:
 - a. Redução da margem de implementação de infraestrutura em função dos menores investimentos em Janaúba na comparação anual.
 - b. Aumento de 35,8% das despesas financeiras líquidas, resultado das captações realizadas em 2020, aumento do IPCA e do menor volume de caixa, em função dos investimentos nos projetos em construção, associado a um menor CDI.
- AGO de 29 de abril de 2021 aprovou a destinação dos resultados de 2020 com pagamento de dividendos adicionais de R\$ 561,9 MM (R\$ 1,63 / Unit) a ser realizado até 31 de maio de 2021, com data-ex em 5 de maio. Com isso, a Companhia remunerou seus acionistas no montante total de R\$ 1.606,4 MM (R\$ 4,66 / Unit) referente ao resultado de 2020, representando um payout de 98,5% do lucro líquido ajustado e de R\$ 71,0% do lucro líquido.

RESULTADO REGULATÓRIO

- A receita líquida totalizou R\$ 386,4 MM no 1T21, registrando um crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período de 2020. Se excluirmos o efeito não recorrente no 1T21, a receita seria de R\$ 395,4 MM, com um aumento anual de 6,1%, explicado pela entrada em operação de Mariana, aquisição das concessões São

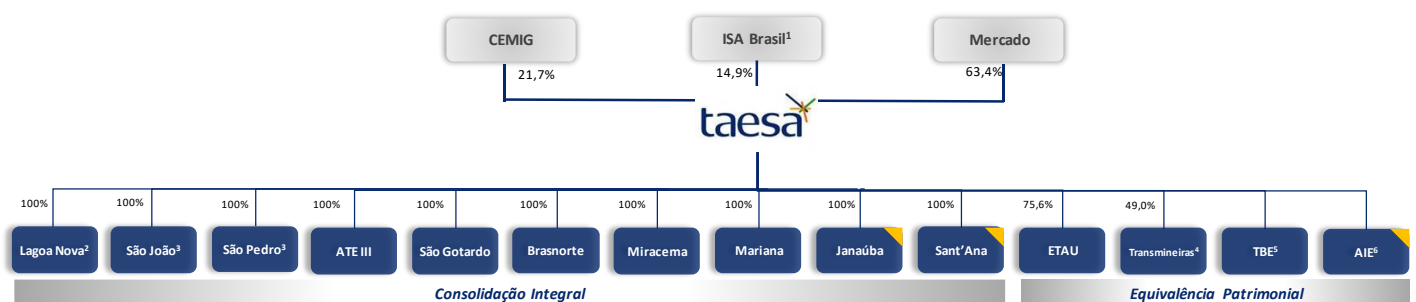
João, São Pedro e Lagoa Nova e pelo reajuste inflacionário do ciclo 2020-2021. Esses efeitos compensaram a queda da RAP de algumas concessões.

- Custos de PMSO alcançaram R\$ 69,7 MM no 1T21, maior em 15,9% em relação ao 1T20 motivado principalmente à alguns eventos não-recorrentes em outros custos operacionais. Se desconsiderarmos estes eventos pontuais, os custos de PMSO totalizariam R\$ 61,1 MM, registrando um aumento de 1,6% contra o 1T20.
- O EBITDA totalizou R\$ 316,7 MM no 1T21, um aumento anual de 1,3% e com uma margem EBITDA de 82,0%. Excluindo os efeitos não-recorrentes da receita e dos custos, o EBITDA somaria R\$ 334,3 no trimestre, apresentando um crescimento de 6,9% contra o 1T20 e uma margem EBITDA de 84,5% (+0,7pp versus 1T20).
- Despesas financeiras líquidas fecharam em R\$ 182,4 MM, registrando um aumento anual de 36,0%, resultado das captações realizadas em 2020, do aumento do IPCA e do menor volume de caixa médio, devido aos investimentos realizados nos projetos em construção, associado a um menor CDI.
- Lucro líquido ficou em R\$ 107,8 MM no 1T21, 22,6% menor que o mesmo período do ano anterior.
- Em 31 de março de 2021, a dívida bruta da Companhia encerrou em R\$ 6.257,6 MM, um aumento sequencial de 2,4%. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.031,5 MM (+13,9% versus 4T20), resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.226,1 MM (+0,4% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 3,9x (versus 3,8x no 4T20).
- Índice de disponibilidade das linhas de transmissão foi de 99,96% e uma Parcela Variável (PV) de R\$ 4,3 MM (menos de 1% da RAP consolidada) no 1T21, este último apresentando uma melhoria de 32,7% contra o 1T20.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 39 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTEA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 10 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova (nova denominação para Rialma I); e (iii) 19 participações (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE). Dessas concessões, 6 projetos (Janaúba, Sant'Ana, ESTE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) estão em construção, conforme mostrado na estrutura societária da Companhia abaixo:



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica é a nova razão social de Rialma I concessão adquirida pela Taesa em 13 de março de 2020.

³ A aquisição da São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A. foi concluída em 14 de fevereiro de 2020.

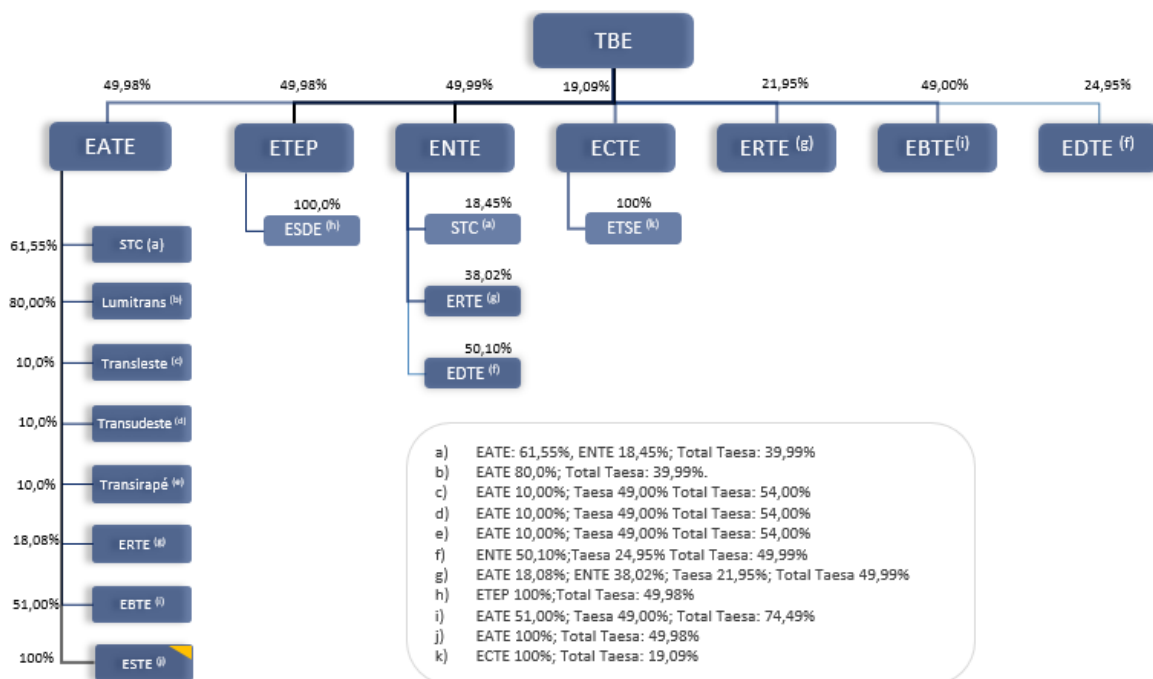
⁴ Transmineiras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (54,0%).

⁵ TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

⁶ AIE - Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos

em construção

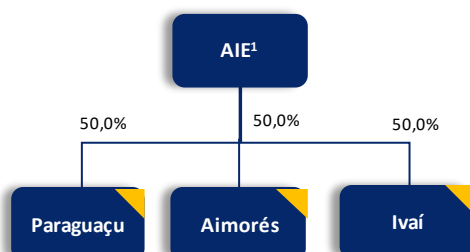
3.2. Estrutura Societária TBE




TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

Em construção

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

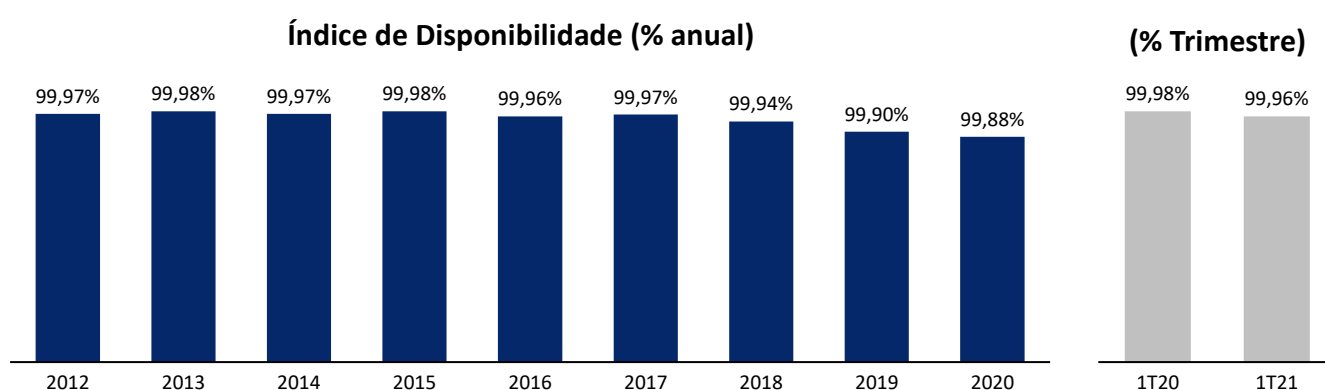
 *em construção*

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

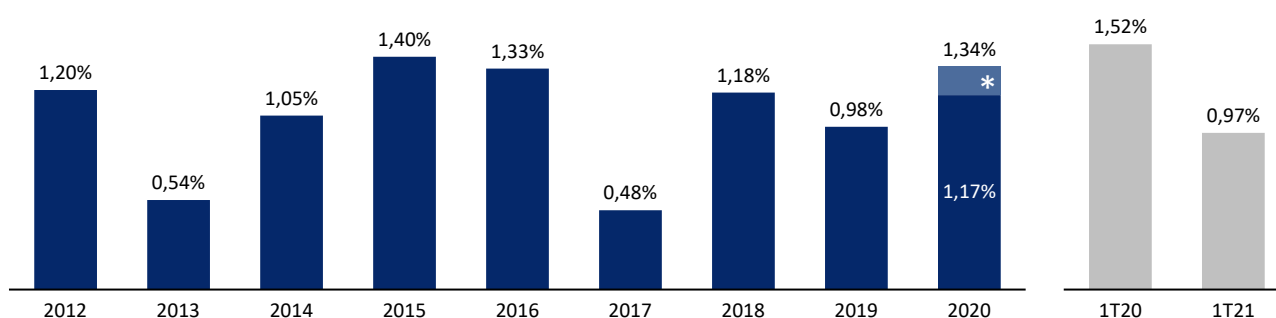
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no primeiro trimestre de 2021, um índice disponibilidade da linha de 99,96%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Transmineiras, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(Extensão da linha \times horas disponíveis)/100}{(Extensão da linha \times 8.670 horas)/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



* PV's referentes aos eventos ocorridos anteriores à aquisição da concessão São João que foram indenizados no âmbito da transação.

A PV no 1T21 foi de R\$ 4,3 MM, uma melhora de R\$ 2,1 MM em comparação ao mesmo período de 2020, resultado principalmente pelos maiores desligamentos/provisões ocorridos no 1T20, principalmente nas concessões de São João e Novatrans. É importante ressaltar que os eventos ocorridos na concessão de São João contabilizados no 1T20 foram indenizados no trimestre seguinte (2T20) pelos vendedores conforme acordado no contrato de compra e venda, uma vez que o fato gerador destes eventos ocorreram antes da data de fechamento da aquisição, embora a materialização da efetivação da PV tenha acontecido após o fechamento. A PV de R\$ 4,3 MM registrada no 1T21 foi mais impactada pelos seguintes eventos: (i) TSN: desligamento intempestivo causado por falha de fechamento no disjuntor da SE Serra da Mesa em janeiro de 2021; e (ii) NVT: desligamento programado na SE Gurupi para manutenção do banco de capacitores BSGUM14 em dezembro de 2020.

4.2. Ciclo da RAP 2020-2021

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.275/2020 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2020-2021, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2020 até 30 de junho de 2021, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T20. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 6,51%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 1,88%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2018-2019	Ciclo 2019-2020	Ciclo 2020-2021
Ajuste IGP-M	4,3%	7,6%	6,5%
Novatrans ²⁸	413,509	330,9	352,5
TSN ²	279,621	301,0	325,1
Munirah	38,039	40,9	29,0
GTESA	5,822	5,5	5,9
PATESA ²	26,074	18,1	17,4
ETAU ¹²	25,249	38,5	29,9
ETEO	91,909	98,9	105,4
NTE ²	125,21	86,3	92,1
STE ²	85,256	48,6	50,6
ATE I ²	155,389	167,3	115,1
ATE II ²	240,25	258,7	275,5
EATE ¹²⁸	113,603	122,2	130,6
ETEP ¹	25,614	27,6	29,4
ENTE ¹	117,37	102,0	67,3
ECTE ¹	9,417	10,2	10,8
ERTE ¹²	26,343	19,5	15,3
Lumitrans ¹²	11,115	12,0	12,7
Transleste ¹	12,763	24,7	19,3
Transirapé ¹	10,188	20,1	22,2
Transudeste ¹	7,647	15,3	16,3
Subtotal	1.820,4	1.748,3	1.722,3
Ajuste IPC-A	2,9%	4,7%	1,9%
ATE III ²³⁵	119,808	125,4	127,7
São Gotardo ³	5,175	5,4	5,5
Mariana ³	14,678	15,4	16,4
Miracema ³⁸	62,138	65,0	67,9
Janaúba ³⁴	185,422	194,1	197,7
Aimorés ¹³⁴	37,92	39,7	40,4
Paraguaçu ¹³⁴	56,603	59,2	60,4
Brasnorte ¹²³⁸	10,223	27,6	28,1
STC ¹²³	18,095	18,9	19,2
EBTE ¹²³	35,751	34,4	36,4
ESDE ¹³	6,735	7,0	7,2
ETSE ¹²³	3,829	4,0	4,1
ESTE ¹³⁴	53,611	56,1	57,2
Ivaí ¹³⁴	140,457	147,0	149,8
EDTE ¹³⁸	32,968	34,6	35,2
Sant'Ana ⁴	58,956	60,9	62,1
São João ⁶		47,6	49,8
São Pedro ⁶		44,9	46,5
Lagoa Nova ⁷		12,6	12,9
Subtotal	842,4	999,8	1.024,6
Total	2.662,8	2.748,1	2.746,9

¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em Construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁶ Aquisição concluída em 14 de fevereiro de 2020

⁷ Aquisição concluída em 13 de março de 2020

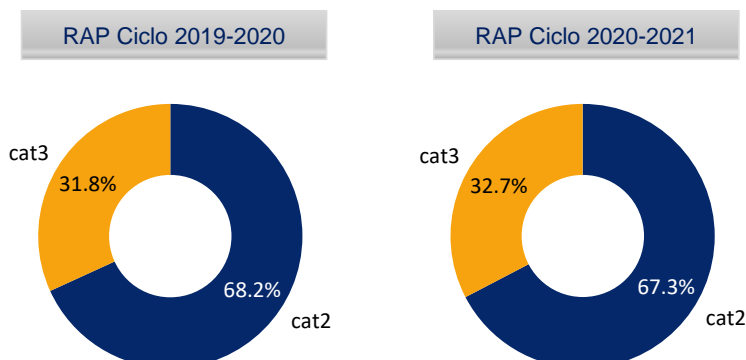
⁸ RAP's retificadas com base no despacho ANEEL 3.219/2020 em 20/11/2020

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas¹, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2020-2021 é de R\$ 2.746,9 MM, sendo 49,8% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2020-2021 ficou em R\$ 2.179 MM, contra R\$ 2.176 MM para o ciclo 2019-2020, considerando a conclusão do empreendimento Mariana no ciclo 2020-2021.

O reajuste da RAP para o ciclo 2020-2021 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Munirah, PATESA, ETAU, STE, ATE I, ENTE, ERTE e Transleste** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **TSN e Mariana** apresentaram entrada em operação de reforços; e (iii) **NTE, ETEP, Lumitrans, Transirapé, EBTE, Brasnorte, STC, Mariana, São João e São Pedro** apresentaram efeito de revisão tarifária.

Vale destacar ainda: (i) conclusão da aquisição das participações da Eletrobras na ETAU, Brasnorte e Transmineiras no 2T19; (ii) aquisição de 11,624% de participação na Brasnorte em ago/19; (iii) energização dos empreendimentos Miracema (nov/19), EDTE (jan/20) e Mariana (mai/20); (iv) conclusão dos reforços da Novatrans referentes às resoluções autorizativas REA 6306/17 e REA 6369/17 em nov/19; (v) conclusão da aquisição de São João e São Pedro em fev/20; e (vi) conclusão da aquisição de Lagoa Nova em mar/20. Maiores detalhes na seção 3.1.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova devem ser adicionados de PIS/COFINS.



4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020 e 2020-2021, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação¹:

- **ETEO:** 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³:** 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.
- **ETEP³:** 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³:** 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³:** 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans:** 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA:** 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE:** 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³:** 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³:** 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³:** 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE:** 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³:** 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah:** 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I:** 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste:** 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.

Para o ciclo futuro 2021-2022, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ATE II:** 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste:** 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³:** 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.

Para o ciclo futuro 2022-2023, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Notas:

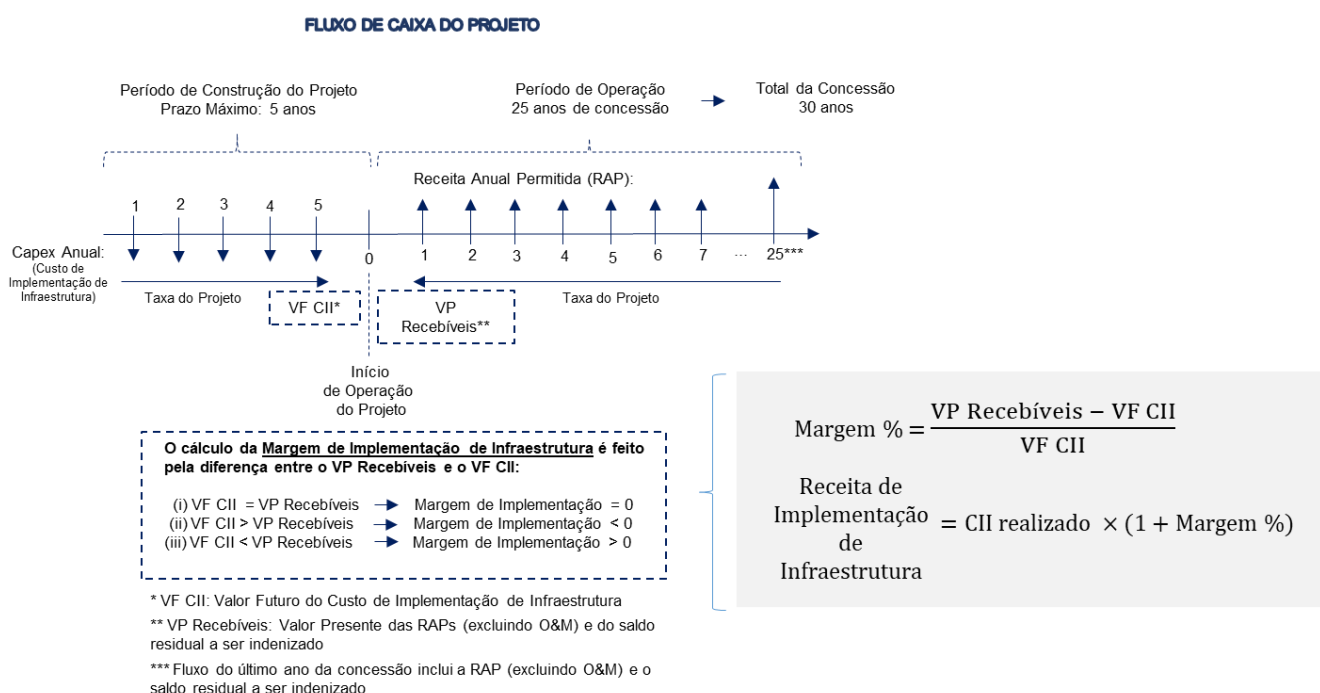
1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria 2 sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

Na contabilização em IFRS até o 3º trimestre de 2018, os investimentos eram reconhecidos como Ativo Financeiro a custo amortizado, conforme a Resolução nº 1.261 de 10/12/2009 (Conselho Federal de Contabilidade). Como consequência, a receita em IFRS refletia a movimentação do Ativo Financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo Contratual).

A taxa considerada para o cálculo do Ativo Financeiro era a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) que igualava o valor presente dos investimentos com o valor presente do fluxo de recebimentos do ativo financeiro, isto é, era a taxa interna de retorno do fluxo. Para o cálculo do Ativo Contratual, a taxa adotada passa a ser a taxa de mercado à época do leilão, fixada ao longo do prazo da concessão ("Taxa do Projeto"). A Taesa optou por adotar o WACC real de leilão (ANEEL) como a Taxa do Projeto por ser uma taxa conhecida e de referência para o mercado. É importante mencionar que essa alteração na taxa acima explicada se aplica apenas às empresas que foram construídas pela Companhia ou estão em processo de construção. No caso de aquisições, *brownfield*, não houve mudança de taxa, por não ser possível retroagir à data de construção do projeto. Desse modo, entendemos que a taxa até então utilizada é a mais adequada.

Com base no exposto acima, a contabilização do ativo de transmissão passou a vigorar como Ativo Contratual e não mais como Ativo Financeiro. Portanto, o Ativo Contratual é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto.



No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo Contratual), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura passa a constituir uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Portanto, se antes no Ativo Financeiro o impacto da construção no resultado era praticamente nulo durante a fase pré-operacional (receita de implementação era igual ao custo de implementação mais PIS/COFINS), agora no Ativo Contratual a margem de implementação impactará a Demonstração de Resultados do projeto. Em outras palavras, a receita de implementação passa a ser calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também o juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual.

Outra mudança importante acontece na linha de remuneração do ativo. No método do Ativo Financeiro, a receita de remuneração era calculada a partir da TRAF que incidia sobre o saldo do ativo financeiro desde o início da concessão. No método do Ativo Contratual, essa receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e passa a ser contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

As demais linhas da receita em IFRS (O&M e Correção Monetária do Ativo) mantem exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente.

Outra mudança na adoção do CPC 47 ocorre no tratamento de adiantamento com fornecedores. Anteriormente com o Ativo Financeiro, o adiantamento era registrado diretamente no balanço patrimonial como ativo financeiro, e portanto não transitava no resultado. A partir da contabilização pelo Ativo Contratual, esse adiantamento deve necessariamente passar pelo resultado como custo de implementação de infraestrutura.

Adicionalmente, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM publicou o Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, com orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica de capital aberto. Assim, a Companhia adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R\$ 124,9 MM para o exercício de 2020, registrados no resultado do exercício; e (ii) R\$ 63.5 MM para exercícios anteriores, registrados na conta de reserva especial no Patrimônio Líquido.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (incluso o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-

CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.

É importante ressaltar que para o ano de 2020 e para o 1º trimestre de 2021 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que diz que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.216.699.698,28, sendo R\$ 1.196.287.318,11 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 30 de março de 2021, os ajustes gerados pela adoção do CPC-47 no resultado líquido somam R\$ 79.933.069,06, contabilizados na conta de Lucros Acumulados.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 1T21 foi de R\$ 908,4 MM, 32,0% maior que o 1T20, em função das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova e da entrada em operação de Mariana, ambos em 2020 e do aumento da correção monetária do ativo contratual explicado pela alta do IGP-M.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do primeiro trimestre de 2021 foram: IGP-M de 0,96%, 2,58% e 2,53% (acumulado +6,18%), e IPCA de 1,35%, 0,25% e 0,86% (acumulado +2,48%), referente aos meses de dezembro, janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente. No primeiro trimestre de 2020, o IGP-M foi de 2,09%, 0,48% e -0,04% (acumulado +2,54%), e IPCA de 1,15%, 0,21% e 0,25% (acumulado +1,62%), referente aos respectivos meses de 2020.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	1T21	1T20*	Var.%
Operação e manutenção	175,0	161,3	8,5%
Remuneração do ativo contratual de concessão	187,0	148,8	25,7%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	364,8	123,3	195,8%
Implementação de infraestrutura	249,2	315,7	-21,1%
Total Receitas IFRS	976,1	749,0	30,3%
Parcela variável	(4,3)	(6,4)	-32,7%
Outras receitas operacionais	5,8	14,0	-58,6%
Receita operacional bruta	977,6	756,7	29,2%
PIS e COFINS	(52,8)	(50,4)	4,6%
ISS	(0,2)	(0,1)	65,2%
ICMS	(0,0)	-	n/a
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(16,2)	(17,8)	-8,7%
Deduções da receita operacional bruta	(69,1)	(68,3)	1,3%
Receita operacional líquida	908,4	688,4	32,0%

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 8,5% da receita de O&M se deve principalmente (i) ao reajuste inflacionário do ciclo 2020-2021, de 6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de julho de 2020 a junho de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.275/20, (ii) à entrada em operação de Mariana em maio de 2020, e (iii) à conclusão da aquisição da São João e São Pedro em fevereiro de 2020 e Lagoa Nova em março de 2020.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O resultado do 1T21 apresentou um aumento de 25,7% na comparação anual devido a: (i) correção monetária do ativo contratual dos últimos meses que amenizou o efeito natural da amortização do ativo pelos recebimentos, (ii)

conclusão da aquisição de São João e São Pedro em fevereiro de 2020 e Lagoa Nova em março de 2020, (iii) entrada em operação de Mariana em maio de 2020, e (vi) contabilização da remuneração do ativo contratual de Miracema somente a partir de março de 2020 quando foi feita a liberação integral de todas as suas instalações.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou um crescimento de R\$ 241,5 MM entre o 1T21 e o 1T20, principalmente em razão do aumento dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, com maior efeito do IGP-M que registrou 6,18% no acumulado do trimestre contra 2,54% no mesmo período de 2020, conforme apresentado mais acima. Cabe mencionar que a correção monetária do ativo contratual também foi influenciado pela consolidação dos novos ativos (São João, São Pedro, Lagoa Nova e Mariana) no ano de 2020 e pela contabilização do ativo contratual de Miracema somente a partir de março de 2020 quando foi feita a liberação integral de todas as suas instalações.
- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. A redução na receita de implementação de 21,1% entre o 1T21 e o 1T20 se deve basicamente aos menores investimentos em Janaúba e reforços de São Pedro que foram compensados em parte pelos maiores investimentos em Sant'Ana.
- **Parcela variável (PV):** A PV reduziu 32,7% entre o 1T21 e o 1T20 pelos maiores desligamentos/provisões ocorridos no 1T20, principalmente nas concessões de São João e Novatrans. Para maiores detalhes vide seção 4.1.
- **Outras receitas operacionais:** A redução anual de 58,6% se deve principalmente a contabilização de R\$ 8,9 MM no 1T20 referente à receita de Miracema nos primeiros 3 meses de operação como consequência da liberação das instalações de 500kV e 230kV em momentos distintos, uma vez que o ativo contratual passa a ser contabilizado somente após a liberação de todas as suas instalações. A redução nesta linha foi compensada em parte pelas receitas provenientes da Rede de Fronteira e DIT (Demais Instalações) de São Pedro.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 1,3% na comparação entre o 1T21 e 1T20, explicado pelo aumento do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15), sendo compensado em parte pela redução dos encargos setoriais calculado com base no resultado regulatório. Para maiores detalhes vide seção 4.8.

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 239,7 MM no 1T21, 6,4% menor quando comparado ao 1T20.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	1T21	1T20	Var. %
Pessoal	(42,8)	(38,6)	11,0%
Material	(168,6)	(194,9)	-13,5%
Serviço de terceiros	(12,0)	(14,3)	-16,4%
Outros	(11,6)	(4,8)	143,6%
Total	(235,0)	(252,5)	-6,9%
Depreciação e amortização	(4,7)	(3,4)	36,0%
Total	(239,7)	(256,0)	-6,4%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 11,0% na comparação entre o 1T21 e o 1T20 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 5,45% (resultado do *mix* dos índices de inflação do ciclo da RAP 2020-2021 – 6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA), conclusão das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova e da entrada em operação de Mariana, além do programa de meritocracia, promoções e aumento de quadro.
- **Material:** A redução anual de R\$ 26,3 MM se deve, principalmente, aos menores investimentos nos empreendimentos em construção de Janaúba (-R\$ 101,4 MM) e no reforço de São Pedro (-R\$ 2,3 MM), além da concessão de Mariana (-R\$ 17,4 MM), concluída em maio de 2020. Esta redução foi parcialmente compensada pelos maiores investimentos no empreendimento de Sant'ana (+98,2 MM).
- **Serviços de terceiros:** A redução de 16,4% na comparação anual foi influenciada principalmente pela redução das despesas com consultorias administrativas e despesas de viagem. Essa redução foi compensada em parte pelo aumento dos gastos de consultoria de TI.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram um aumento anual de 143,6% principalmente devido – entre outros eventos não recorrentes no total de R\$ 8,6 MM – à baixa de saldos a receber em aberto de São Pedro que correspondiam a adiantamento para empreiteiras das obras, acertados via conta garantia no fechamento da transação, mas que não foram baixados na data da aquisição. Estes efeitos foram compensados em parte por menores indenizações trabalhistas.
- **Depreciação e amortização:** O aumento anual de 36,6% é explicado basicamente pela remensuração de contratos de arrendamentos financeiros dentro do escopo do CPC 06 (R2), o que gerou um aumento na depreciação do 1T21 em comparação ao 1T20.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 1T21, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 673,5 MM com margem EBITDA de 74,1%. O aumento de 54,5% do EBITDA IFRS na comparação anual é explicado principalmente pelos maiores índices macroeconômicos registrados no período que impactaram positivamente a receita de correção monetária do ativo contratual, pela aquisições de novos ativos e pela entrada em operação de Mariana, ambos em 2020.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	1T21	1T20*	Var. %
Receita líquida		908,4	688,4	32,0%
Custos e despesas		(235,0)	(252,5)	-6,9%
EBITDA		673,5	435,9	54,5%
Margem EBITDA		74,1%	63,3%	10,8 pp

*A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 1T21 alcançou R\$ 386,4 MM, 3,6% maior que o registrado no 1T20, explicado pelo entrada em operação de Mariana, aquisição das concessões São João, São Pedro e Lagoa Nova e pelo reajuste inflacionário, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP de 5,0% entre o 1T21 e o 1T20 é explicado, basicamente, pela entrada em operação da concessão de Mariana, pela conclusão da aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova e pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2020-2021 (6,51% em IGP-M e 1,88% em IPCA). O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP das concessões Munirah, PATESA, STE e ATE I (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3).

A Parcela Variável (PV) teve uma redução de 32,7% na comparação entre o 1T21 e o 1T20 devido aos maiores desligamentos no 1T20, principalmente nas concessões de São João e Novatrans. Para maiores detalhes vide seção 4.1.

Outras receitas operacionais apresentaram uma redução de R\$ 9,0 MM referente à parcela de ajuste de São João, definida na resolução homologatória 2.275/20, em função do processo administrativo nº 48500.002803/2017-41 da ANEEL instaurado antes da conclusão da aquisição do ativo, cujo valor total foi acertado via conta garantia, portanto não havendo impacto financeiro para a TAESA.

A redução de 8,7% dos encargos setoriais é explicada basicamente pela redução da tarifa de Reserva Global de Reversão – RGR, entre os períodos comparados, como resultado dos efeitos do despacho ANEEL nº 2.403/2020. Vale mencionar que as novas concessões que impactaram positivamente o resultado na comparação anual são dispensadas do recolhimento da RGR, de acordo com a Lei nº 12.783/2013, que dispensa esse recolhimento para as concessões licitadas a partir de 12 de setembro de 2012.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	1T21	1T20	Var.%
RAP Concessionárias	439,7	418,7	5,0%
Parcela Variável	(4,3)	(6,4)	-32,7%
Receita do Serviço	435,4	412,3	5,6%
Outras receitas operacionais	(8,7)	0,3	n/a
Receita operacional bruta	426,7	412,6	3,4%
PIS e COFINS	(24,0)	(21,9)	9,3%
ISS	(0,2)	(0,1)	65,2%
ICMS	(0,0)	-	0,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(16,2)	(17,8)	-8,7%
Total Deduções	(40,3)	(39,8)	1,4%
Receita operacional líquida	386,4	372,8	3,6%

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 132,8 MM no 1T21, 13,2% maior quando comparado ao 1T20. Os custos de PMSO somaram R\$ 69,7 MM, registrando um aumento anual de 15,9%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)			
R\$ MM	1T21	1T20	Var. %
Pessoal	(42,8)	(38,6)	11,0%
Material	(0,7)	(0,3)	121,5%
Serviço de terceiros	(12,0)	(14,3)	-16,4%
Outros	(14,2)	(6,9)	104,9%
Total	(69,7)	(60,2)	15,9%
Depreciação e amortização	(63,1)	(57,1)	10,5%
Total	(132,8)	(117,3)	13,2%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 69,7 MM no 1T21 (+15,9% versus 1T20), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 11,0% na comparação entre o 1T21 e o 1T20 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 5,45% (resultado do *mix* dos índices de inflação do ciclo da RAP 2020-2021 – 6,51% no IGP-M e 1,88% no IPCA), conclusão das aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova e da entrada em operação de Mariana, além do programa de meritocracia, promoções e aumento de quadro,
- **Material:** O aumento de R\$ 0,4 MM entre o 1T21 e o 1T20 se deve aos maiores gastos com operação e manutenção e à conclusão da aquisição de São João, São Pedro e Lagoa Nova.
- **Serviços de Terceiros:** A redução de 16,4% na comparação anual foi influenciada principalmente pela redução das despesas com consultorias administrativas e despesas de viagem. Essa redução foi compensada em parte pelo aumento dos gastos de consultoria de TI.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram um aumento anual de 104,9% principalmente devido – entre outros eventos não recorrentes no total de R\$ 8,6 MM – à baixa de saldos a receber em aberto de São Pedro que correspondiam a adiantamento de empreiteiras das obras, acertados via conta garantia no fechamento da transação, mas que não foram baixados na data da aquisição. Estes efeitos foram compensados em parte por menores indenizações trabalhistas.
- **Depreciação e Amortização:** O aumento de 10,5% da depreciação, na comparação entre o 1T21 e o 1T20, refere-se às unitizações das empresas adquiridas São João, São Pedro e Lagoa Nova e do empreendimento concluído de Mariana em 2020.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 1T21 atingiu R\$ 316,7 MM, 1,3% maior que o registrado no 1T20 e uma margem EBITDA de 82,0%. Conforme mencionado anteriormente, a queda de 50% da RAP de algumas concessões foi compensada pelas aquisições de São João, São Pedro e Lagoa Nova e a entrada em operação de Mariana, ambos em 2020.

Excluindo os efeitos não recorrentes do trimestre nas outras receitas (-R\$ 9 MM) e nos outros custos (-R\$ 8,6 MM), mencionados mais acima, o EBITDA totalizaria R\$ 334,3 MM, apresentando um aumento de 6,9% contra o 1T20 e uma margem EBITDA de 84,5%, superior ao 83,9% registrado no mesmo período do ano passado.

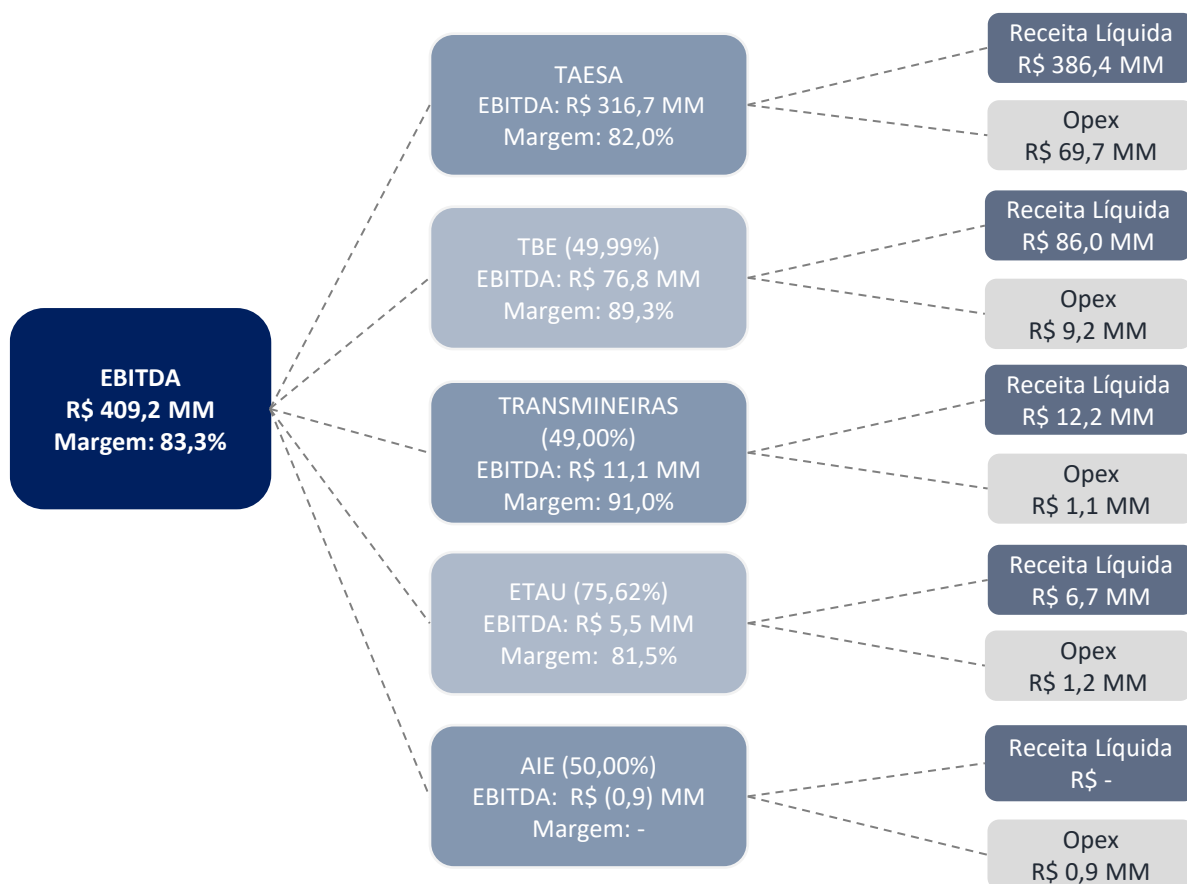
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	1T21	1T20	Var.%
Receita líquida		386,4	372,8	3,6%
Custos e despesas		(69,7)	(60,2)	15,9%
EBITDA		316,7	312,7	1,3%
Margem EBITDA		82,0%	83,9%	-1,9 pp

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório do primeiro trimestre de 2021, considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).



4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 1T21 totalizou R\$ 205,3 MM, 17,9% maior que o 1T20.

Equivalência Patrimonial IFRS

	R\$ MM	1T21	1T20*	Var. %
TBE		136,7	100,8	35,7%
Aimorés		4,8	23,3	-79,3%
Paraguaçu		6,9	39,0	-82,2%
Ivaí		27,6	(0,7)	-
ETAU		13,1	3,7	256,5%
Transmineiras		16,1	7,9	103,8%
Total Equivalência Patrimonial		205,3	174,0	17,9%

*A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

O aumento de 17,9% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 1T21 e o 1T20, se deve principalmente a: (i) variação positiva na receita de correção monetária no resultado da TBE, Transmineiras e ETAU em função do aumento dos índices macroeconômicos registrados nos períodos; e (ii) maiores investimentos nas concessões em construção (ESTE, que faz parte da TBE, e Ivaí do grupo AIE). Estes efeitos foram compensados parcialmente pelos menores investimentos nas concessões Aimorés e Paraguaçu e pelas maiores despesas financeiras relativas a 1ª emissão de debêntures de Ivaí e 2ª emissão de debêntures da EDTE.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T21 totalizou R\$ 38,7 MM, 4,5% menor que o registrado no 1T20.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

	R\$ MM	1T21	1T20	Var. %
TBE		50,0	55,9	-10,6%
Aimorés		(0,0)	(0,1)	-69,7%
Paraguaçu		(0,1)	(0,1)	-50,3%
Ivaí		(16,3)	(13,8)	18,3%
ETAU		9,8	4,3	129,3%
Transmineiras		8,9	8,0	11,1%
Resultado das Controladas		52,4	54,2	-3,4%
Amortização do ágio - TBE		(13,6)	(13,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial		38,7	40,5	-4,5%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T21 apresentou uma redução de 4,5% na comparação anual motivado pelo aumento das despesas financeiras relativas a 1ª emissão de debêntures de Ivaí e à 2ª emissão de debêntures da EDTE e pela queda de 50% na RAP da Transleste, ERTE e ENTE, do grupo TBE, compensado em parte pelo reajuste inflacionário da RAP no ciclo 2020-2021.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 183,1 MM no 1T21, 35,8% maior que o registrado no 1T20. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 182,4 MM, 36,0% maior na comparação anual.

Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	1T21	1T20	Var.%
Receitas Financeiras	4,4	13,0	-66,0%
Renda de aplicação financeira	4,4	13,0	-65,9%
Despesas Financeiras	(187,5)	(147,8)	26,9%
Juros incorridos	(87,2)	(75,8)	15,1%
Variações monetárias e cambiais	(94,8)	(54,6)	73,5%
Ajuste ao valor justo	(0,0)	(12,4)	-
Arrendamento	(0,7)	(0,7)	-3,3%
Outras despesas/receitas financeiras	(4,9)	(4,2)	14,6%
Total IFRS	(183,1)	(134,9)	35,8%

A redução anual de 66,0% nas Receitas Financeiras ocorreu em razão do menor volume de caixa médio aplicado, em função dos investimentos nos projetos em construção e da liquidação das aquisições em 2020, e pela menor rentabilidade das aplicações financeiras em decorrência da queda do CDI.

O aumento na linha de juros incorridos se devem, basicamente, ao maior volume de dívida entre os períodos comparados, em função da 9ª emissão de debêntures da Taesa no valor de R\$ 450 MM em abril de 2020, das duas cédulas de crédito bancário de R\$ 350 MM e de R\$ 100 MM, em favor do Banco Citibank e Bradesco, respectivamente, ambos em abril de 2020. O efeito do aumento da dívida mais que compensou a queda do CDI nos juros incorridos do período uma vez que a dívida em CDI representa apenas 27,4% da dívida bruta total – percentual em 31 de março de 2021.

O aumento na linha de variações monetárias e cambiais na comparação entre o 1T21 e o 1T20 é explicado pelo aumento da inflação acumulada em IPCA registrada no período.

A redução na rubrica de ajuste a valor justo se refere à contabilização de R\$ 12,4 MM no 1T20 em função da atualização da metodologia do swap da 1ª série da 6ª emissão, de CDI para IPCA, em 2019, uma vez que esta dívida foi contabilizada no balanço de 2019 a custo amortizado e não a valor de mercado. Vale relembrar que o impacto no 1T20 foi meramente contábil e compensado no 2T20.

A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou um aumento de 14,6% na comparação anual, explicado pela regularização dos débitos fiscais, efeito que foi parcialmente atenuado pelas menores despesas com custódia de ações.

A linha de Arrendamento registrou uma redução de 3,3% devido às amortizações dos contratos de arrendamento entre os períodos comparados.

4.15. Impostos

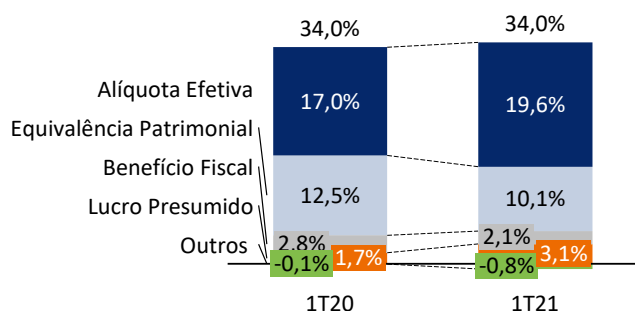
O aumento de 68,1% no Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado, na comparação no 1T20, é explicado pelo aumento no lucro antes dos impostos que não foi acompanhado pelos efeitos dutíveis do benefício fiscal SUDAM/SUDENE em função dos ajustes fiscais no lucro real (correção monetária do ativo contratual e margem de implementação de infraestrutura) que limitaram o aproveitamento do benefício fiscal do período. A linha de lucro presumido foi maior devido ao aumento do lucro destas empresas em 2021.

Vale destacar que a alíquota efetiva no 1º trimestre de cada ano é naturalmente maior do que os demais trimestres pois normalmente não se paga dividendos ou JCP nos primeiros 3 meses do ano, uma vez que a destinação do resultado do ano anterior ocorre somente após a aprovação em AGO.

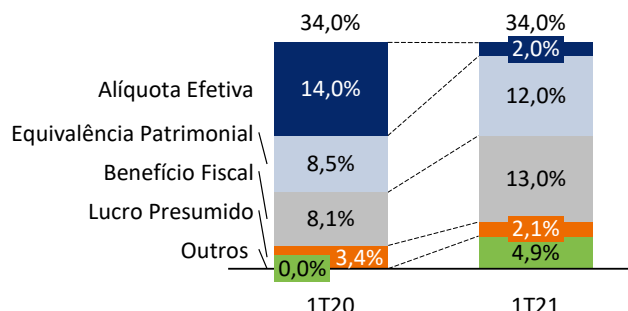
R\$ MM	IFRS			Regulatório		
Conciliação Imposto	1T21	1T20*	Var.%	1T21	1T20	Var.%
Lucro antes do Impostos	690,9	471,6	46,5%	110,0	162,0	-32,1%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(234,9)	(160,3)	46,5%	(37,4)	(55,1)	-32,1%
Equivalência Patrimonial	69,8	59,2	17,9%	13,2	13,8	-4,5%
SUDAM/SUDENE	14,3	13,0	9,9%	14,3	13,0	9,9%
Empresas Lucro Presumido	21,3	8,1	163,3%	2,3	5,6	-58,4%
Outros	(5,6)	(0,3)	1648,1%	5,4	(0,1)	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(135,1)	(80,3)	68,1%	(2,2)	(22,7)	-90,4%
Alíquota Efetiva	19,6%	17,0%	2,5 pp	2,0%	14,0%	12,0 pp

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

Alíquota Efetiva - IFRS



Alíquota Efetiva - Regulatório



Resultado do 1º trimestre de 2021

A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE*	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	22%	2032	1,65%	7,60%
IVAÍ	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%

*A EBTE solicitou a renovação do benefício fiscal da SUDAM em agosto de 2020 e está aguardando posição do órgão competente.

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

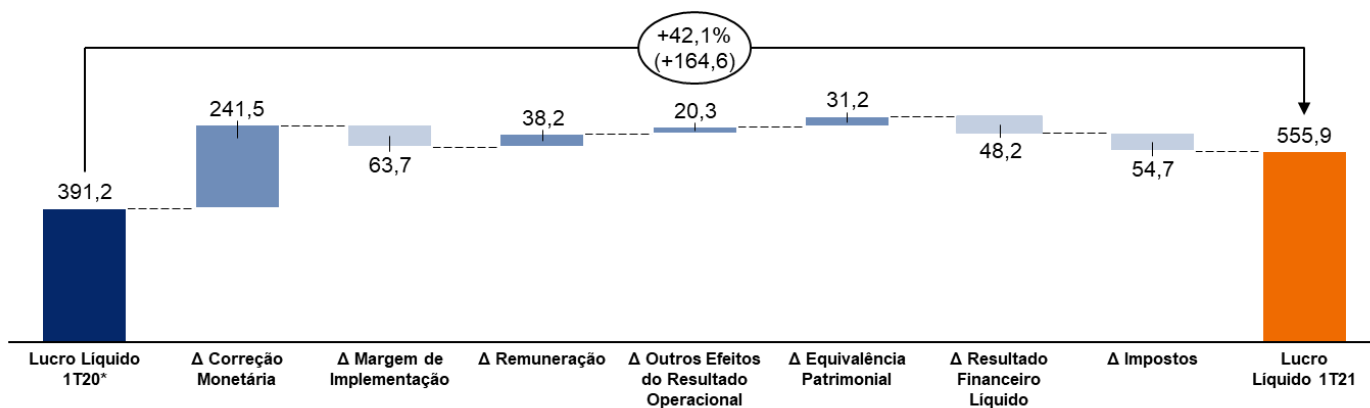
Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências passadas, no 4T17 a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 555,9 MM no 1T21, 42,1% maior que o registrado no 1T20.

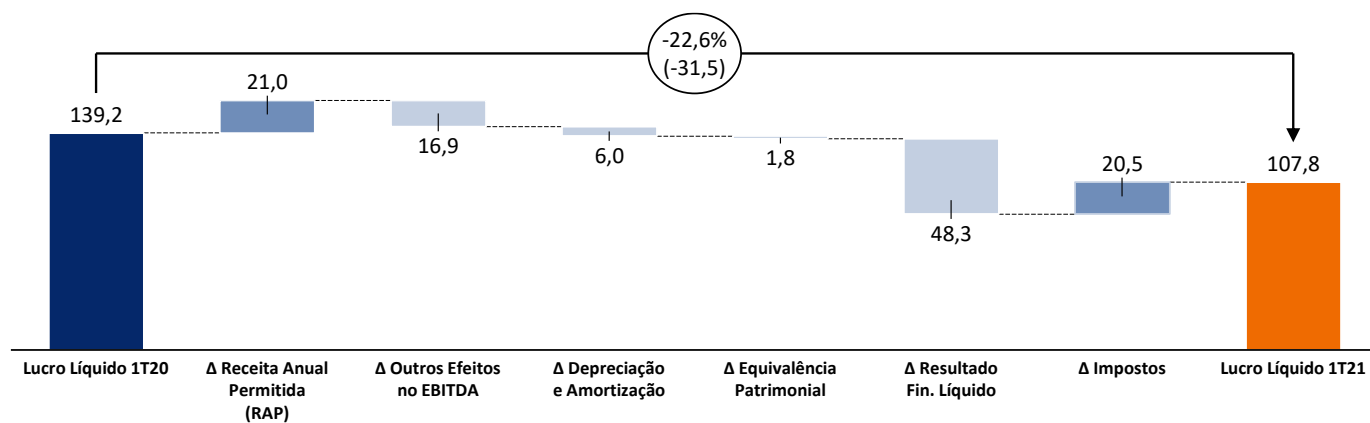
Lucro Líquido IFRS – 1T21:



* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 107,8 MM no 1T21, apresentando uma redução anual de 22,6%.

Lucro Líquido Regulatório – 1T21:



Lucro Líquido Ajustado

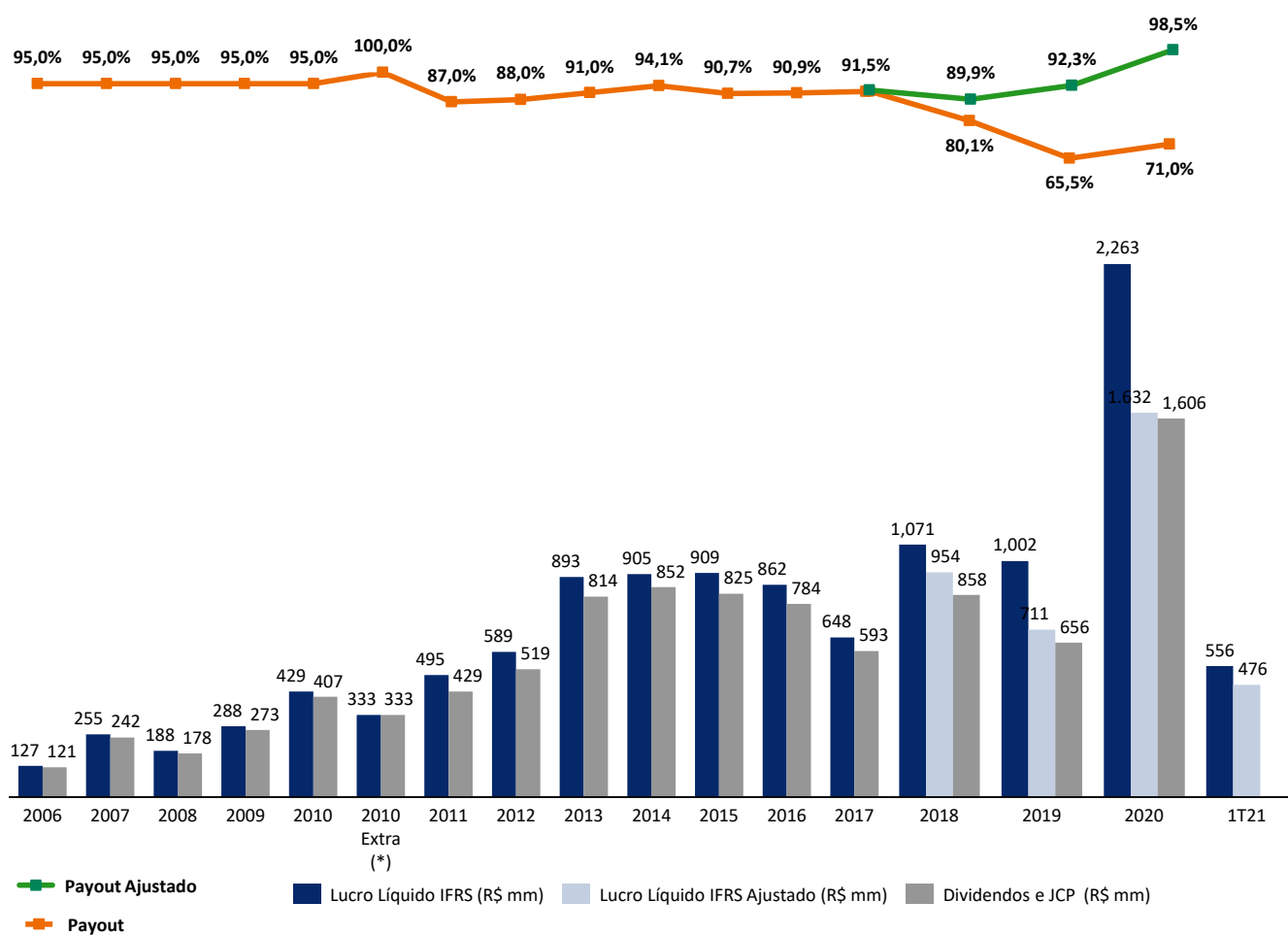
A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 4.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia passou a apresentar trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de implementação. Isto é, o lucro líquido ajustado se aproxima do método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Consequentemente, a Companhia passou a registrar uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

DRE IFRS - Consolidado - 1T21

	R\$ mil	DRE (CPC 47)	Ajustes	DRE Ajustada
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Operação e manutenção		175.029		175.029
Remuneração do ativo contratual de concessão		187.001	(29.980)	157.021
Correção monetária do ativo contratual de concessão		364.847		364.847
Implementação de Infraestrutura		249.178	(11.581)	237.597
Outras receitas operacionais		5.809		5.809
Parcela variável		(4.281)		(4.281)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		977.583	(41.561)	936.022
PIS e COFINS		(52.769)	3.762	(49.007)
ISS		(150)		(150)
ICMS		(4)		(4)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(16.211)		(16.211)
Outras deduções		-		-
Deduções da receita operacional bruta		(69.134)	3.762	(65.372)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		908.449	(37.799)	870.650
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS				-
Pessoal		(42.842)		(42.842)
Material		(168.581)	-	(168.581)
Serviços de terceiros		(11.955)		(11.955)
Depreciação e amortização		(4.686)		(4.686)
Outras despesas operacionais		(11.597)		(11.597)
Custos e despesas		(239.661)	-	(239.661)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-		-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		668.788	(37.799)	630.989
Resultado de equivalência patrimonial		205.253	(54.547)	150.705
Renda de aplicação financeira		4.410		4.410
Despesas financeiras		(187.506)		(187.506)
Resultado financeiro		(183.096)	-	(183.096)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		690.945	(92.346)	598.599
Imposto de Renda e Contribuição Social		(135.094)	12.413	(122.680)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		555.852	(79.933)	475.919
Participação dos acionistas controladores (Distribuível)		555.852	(79.933)	475.919
Participação dos acionistas não-controladores		-		-
Reserva legal 5%*		-	-	-
Reserva de incentivo fiscal		(9.342)		(9.342)
Reserva especial - adoção inicial CPC 47		(79.933)	79.933	-
Lucro distribuível		466.577		466.577

4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Foi aprovada em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 29 de abril de 2021 dividendos adicionais referentes ao resultado de 2020 no valor de R\$ 561,9 MM (R\$ 1,63119213894 / Unit). O pagamento ocorrerá até 31 de maio de 2021, com a data-base de 4 de maio de 2021. A Taesa já havia distribuído, referente ao resultado do exercício social de 2020, R\$ 1.044,4 MM a título de dividendos intercalares e juros sobre capital próprio. Com isso, a Companhia remunerou seus acionistas no montante total de R\$ 1.606,4 MM (R\$ 4,66 / Unit) referente ao resultado de 2020, representando um *payout* de 71,0% do lucro líquido e 98,5% do lucro líquido ajustado do período.



*Reserva do IFRS

4.18. Endividamento

No 1T21, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 6.257,6 MM, 2,4% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.031,5 MM, registrando um aumento de 13,9% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.226,1 MM, 0,4% maior que o 4T20.

R\$ MM					
Dívida Líquida	1T21	% Dív Bruta	4T20	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	528,1	8,4%	440,8	7,2%	19,8%
Taxa Fixa	9,0	0,1%	9,0	0,1%	0,0%
CDI	122,3	2,0%	111,3	1,8%	9,9%
IPCA	396,9	6,3%	320,6	5,2%	23,8%
Longo Prazo	5.729,4	91,6%	5.670,5	92,8%	1,0%
Taxa Fixa	8,7	0,1%	10,9	0,2%	-20,5%
CDI	1.591,4	25,4%	1.590,7	26,0%	0,0%
IPCA	4.129,4	66,0%	4.068,9	66,6%	1,5%
Endividamento Total	6.257,6	100,0%	6.111,3	100,0%	2,4%
(-) Caixa e Aplicações *	(1.031,5)		(905,6)		13,9%
(=) Dívida Líquida	5.226,1		5.205,7		0,4%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 1T21 a dívida bruta totalizou R\$ 6.257,6 MM e o caixa R\$ 1.031,5 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.226,1 MM. O aumento de 2,4% da dívida bruta no período se deve pelo juros incorridos incorridos e do aumento do CDI e IPCA entre os períodos comparados.

O aumento de 13,9% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicada principalmente pela geração de caixa operacional de R\$ 327,4 MM e pelos dividendos recebidos das coligadas e controladas no valor de R\$ 42,0 MM. É importante ressaltar que não ocorreram grandes desembolsos no 1T21, como pagamento de dividendos ou amortização de dívida, influenciando no aumento acima mencionado. Este aumento foi compensado parcialmente pelo desembolso de capex nos projetos em construção no valor de R\$ 172,9 MM e pagamento de juros de R\$ 9,7 MM.

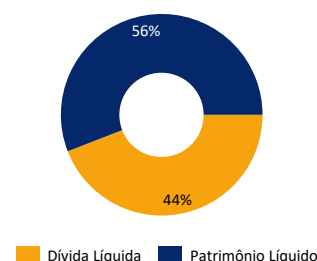
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 8.008,0 MM e o caixa de R\$ 1.615,9 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 801,9 MM e caixa/aplicações de R\$ 139,4 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 7,5 MM e caixa/aplicações de R\$ 7,2 MM; (iii) dívidas das Transmineiras no montante de R\$ 43,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 11,4 MM; e (iv) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 897,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 426,5 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,9x no 1T21, acima do registrado no 4T20 (3,8x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 4,2x no 1T21 em linha com o registrado no 4T20.

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	6.257,6	1.031,5	5.226,1
ETAU (75,6%)	7,5	7,2	0,3
TBE (49,99%)	801,9	139,4	662,5
Transmineiras (49%)	43,6	11,4	32,3
AIE (50%)	897,4	426,5	470,9
TOTAL	8.008,0	1.615,9	6.392,1



Resultado do 1º trimestre de 2021

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	1.123.046	25.575	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	IPCA	293.795	6.933	IPCA + 4,41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	580.401	24.540	IPCA + 5,9526%	-	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	440.311	6.643	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	218.259	4.549	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Mensal	12
	7ª Debêntures	IPCA	521.201	35.372	IPCA + 4,50%	-	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	299.853	18.199	IPCA + 4,77%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	9ª Debêntures	CDI	448.638	10.117	CDI + 2,85%	-	Abr/2022	Bullet	1
	CCB Bradesco	CDI	99.962	4.652	CDI + 2,55%	-	Abr/2021	Bullet	1
	CCB Citibank	CDI	348.965	3.432	CDI + 2,85%	-	Abr/2022	Bullet	1
	SWAP - Citibank*	CDI	351.013	0	106,0% CDI	-	Mai/2023	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	CDI	108.748	0	3,995% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	108.746	0	3,99% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	54.457	0	3,94% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	54.339	0	3,91% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	53.536	0	3,66% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	54.676	0	3,59% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	121	0	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	4.442	5	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
SGT	FINAME	pré-fix	8.566	11	3,00%	-	Jan/2023	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	184	0	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
Janaúba	FINAME	pré-fix	4.281	5	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
	1ª Debêntures	IPCA	236.376	23.921	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Trimestral	4
Lagoa Nova	2ª Debêntures	IPCA	581.892	37.820	4,8295% a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
	Financiamento BNB	IPCA	56.798	3.194	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES	Selic	574	1	SELIC + 3,76%	-	Ago/2021	Mensal	12
	BNDES	TJLP	580	2	TJLP + 5,20%	-	Ago/2021	Mensal	12
	BNDES - GIRO	TJLP	6.258	46	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	5ª Debêntures - 2ª	CDI	26.982	48	116% CDI	-	Set/2021	Bullet	1
	6ª Debêntures	CDI	11.423	4	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	20.795	7	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.691	587	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
EBTE	1st Debentures	CDI	36.762	13	112% CDI	-	jun/23	Mensal	12
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	153.215	19.866	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	4ª Debêntures	CDI	8.871	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	9.513	42	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	15.473	66	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/25	Mensal	12
ENTE	4ª Debêntures	CDI	24.906	109	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	50.658	215	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
ETEP	3ª Debêntures	CDI	12.357	4	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	CBB Santander	CDI	45.587	194	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
ETSE	BNDES	TJLP	4.745	16	TJLP + 2,02%	-	Nov/2028	Mensal	12
	BNDES - FINAME	pré-fix	2.259	3	3,5% a.a.	-	Nov/2023	Mensal	12
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	195.261	27.229	4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSELESTE	BDMG	pré-fix	5.205	28	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	1.470	120	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	11.642	4	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	3.645	6	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	128	7	4,5% + TJLP	-	Abr/2021	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.951	83	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	7.864	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	1.488	88	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
TRANSUDESTE	2ª Debêntures	CDI	9.898	3	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	842.080	55.316	IPCA + 4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			7.698.887	309.079					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

No 1T21, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 308,3 MM contra R\$ 331,5 MM investidos no 1T20, referentes aos empreendimentos em construção. A redução de 7,0% entre os períodos comparados se deve aos menores investimentos em alguns projetos (Janaúba, Aimorés e Paraguaçu), principalmente em função do estágio avançado da construção destes empreendimentos, compensado em parte por maiores investimentos em Sant'Ana, Ivaí e ESTE.

Projetos em construção

R\$ Mil	Custo de Implementação (Capex)								TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	1T21	
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	34.592	-	179.129
Miracema			1.197	41.695	115.009	110.664	-	-	268.565
Janaúba				10.190	30.741	116.074	655.111	52.996	865.112
Aimorés				3.923	3.638	65.877	82.034	1.929	157.401
Paraguaçu				5.750	4.611	110.848	108.966	2.075	232.250
Ivaí				8.662	12.740	46.190	379.137	102.346	549.075
ESTE				868	4.546	6.243	122.486	37.026	171.168
EDTE					14.635	175.155	1.837	-	191.626
Sant'Ana					-	32.172	151.021	111.961	295.154
Total	2.619	4.751	22.378	109.195	208.716	718.306	1.535.184	308.333	2.909.481

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em ifrs divulgado pela companhia. o ajuste na linha de custos de implementação de infraestrutura gerado pela adoção do cpc 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (pl). para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 6 empreendimentos em construção com um investimento total de R\$ 4.844 MM e uma RAP de R\$ 875 MM (ciclo 2020-2021). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o montante a ser investido é de R\$ 3.206,9 MM com uma RAP proporcional de R\$ 567,5 MM. Vale destacar que 3 empreendimentos, Miracema, EDTE e Mariana, além de dois reforços da Novatrans, foram concluídos entre 2019 e 2020, passando a adicionar para Taesa uma RAP total de R\$ 161,0 MM – ciclo 2020-2021 (vide seção 3.1 para maiores detalhes).

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2020-21) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	16,4	107	mai/14	mai/17	Concluído em 25/05/2020
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	67,9	276	jun/16	dez/19	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	70,4	368	dez/16	dez/19	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2ª Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE- TBE)	114,4	486	fev/17	fev/22	Em andamento
	Janaúba (Lote 17)	542 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	197,7	960	fev/17	fev/22	Em andamento
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	80,9	341	fev/17	fev/22	Em andamento
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	120,7	510	fev/17	fev/22	Em andamento
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	299,5	1.937	ago/17	ago/22	Em andamento
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	62,1	610	mar/19	mar/23	Em andamento
TOTAL		2.854 km		R\$ 1.030 MM	R\$ 5.595 MM			

Status dos Projetos

Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em maio de 2016.
- Licenças de Instalação e Operação (LI e LO) emitidas em dezembro de 2018.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 20/12/2019 para o reforço de Mariana.
- Energização concluída em 25 de maio de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo em 8 de junho de 2020, com data de entrada em operação comercial retroativa ao dia 4 de junho de 2020.
- Concessão em operação.

Miracema

- Todas as licenças ambientais adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230kV, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDAM em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- O trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, foi energizado em setembro de 2019. Energização dos demais trechos concluída em 29 de novembro de 2019.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 1 de outubro de 2019 para o reforço, em 27 de dezembro de 2019 para as instalações de 500kV e em 18 de fevereiro de 2020 para as instalações de 230 kV e 138 kV, sendo que neste último trecho, foi emitido um Termo de Liberação de Receita (TLR) para período compreendido entre 27 de dezembro de 2019 e 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

EDTE

- Licença Prévia (LP) emitida em junho de 2018.
- 2ª emissão de Debêntures da EDTE em dezembro de 2018.
- Licença de Instalação (LI) emitida em janeiro de 2019.
- Energização do trecho LT 500kV Ibicoara – Poções III e da Subestação 500/230kV Poções III em 22 de dezembro de 2019.
- Última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV poções III – Poções II em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Provisória em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Avanço físico em 72%.

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implementação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.

- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Avanço físico em 94%.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Avanço físico em 90%.

Paraguaçu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Avanço físico em 87%.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico em 72%.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Avanço físico em 57%.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A TAESA nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade (novo nome do relatório socioambiental), que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhora contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

A TAESA realizou um trabalho com uma consultoria especializada para avaliar a maturidade em ASG e traçou um plano de ação. A avaliação inicial da consultoria demonstrou um grau bem satisfatório de maturidade e aderência às boas práticas ASG pela TAESA. A partir desse trabalho e buscando um aprimoramento contínuo das práticas ASG, no âmbito do negócio de transmissão, a Companhia definiu um plano de ação de 4 anos (2020 a 2023).

Dentre as ações mapeadas, a Companhia tem implementado as seguintes:

- Signatário do Pacto Global da ONU comprometido com a Agenda 2030 (ODS)
- Relatório de Sustentabilidade 2020 conforme Global Reporting Initiative (GRI)
- Emissão de 4 debêntures verdes
- Política de biodiversidade
- Certificação Great Place to Work – 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2020 – Segmento Geração, Distribuição e Transmissão
- Projetos de responsabilidade social
- Compromisso para a redução de combustível fóssil na frota
- Cláusulas ambientais e sociais em contratos com fornecedores
- Programa de diversidade
- Levantamento do inventário de gases de efeitos estufa (GEE), estruturado com base na metodologia GHG Protocol
- Aprovação do planejamento estratégico de longo prazo da TAESA
- Intensificação das medidas de proteção, segurança e saúde frente a pandemia
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas
- Adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres

Para mais informações, acesse o site de RI e o Relatório de Sustentabilidade da TAESA (2020): <https://ri.taesa.com.br/sobre-a-taesa/sustentabilidade/>

Ainda com base no plano de ação ASG e buscando a evolução contínua na comunicação dos temas ASG, a Taesa elaborou uma tabela de indicadores ASG com a criação de página exclusiva no site de relações com investidores. O objetivo da divulgação dos indicadores ASG foi concentrar em um só lugar os indicadores divulgados nos relatórios da Companhia e facilitar o acesso aos investidores, acionistas e mercado em geral. O painel de indicadores está disponível no website de RI: <https://ri.taesa.com.br/sobre-a-taesa/indicadores-asg/>

4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19

O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Priorização do *home office* para as atividades que não necessitam de trabalho direto de campo;
- Restrição de viagens e reuniões presenciais limitadas aos serviços de O&M e implantação de novos ativos;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”).

Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,96% no 1T21);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento;
- A Companhia continua trabalhando na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos projetos;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$ 1,8 bilhão investidos em 2020 e 1T21.

Preservação da saúde financeira da Companhia

- Manutenção de posição de liquidez confortável (R\$ 1,0 bilhão em caixa);
- Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados;
- A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody's e Fitch (AAA na Escala Nacional);
- 100% dos recursos para financiar os projetos em construção foram captados;
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da crise no setor elétrico.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

R\$ MM					1T21
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	PV
NOVATRANS	52,1	119,3	0,5	33,3	(1,4)
TSN	17,4	31,9	0,5	62,4	(1,3)
MUNIRAH	1,7	2,9	0,9	4,2	-
GTESA	0,7	1,5	-	0,6	(0,0)
PATESA	2,2	6,1	0,0	1,5	-
ETEO	10,2	22,9	-	12,6	(0,3)
NTE	12,5	19,5	0,0	10,3	-
STE	7,4	16,5	0,0	4,1	(0,2)
ATE	15,7	38,0	0,0	7,9	(0,3)
ATE II	17,5	43,6	0,0	17,8	(0,1)
ATE III	8,0	9,7	0,0	11,4	(0,2)
ETAU	1,7	37,3	-	2,8	(0,0)
BRASNORTE	5,8	4,9	-	0,6	(0,2)
SÃO GOTARDO	0,9	1,5	-	0,2	0,1
SÃO JOÃO	8,9	13,7	-	1,9	0,2
SÃO PEDRO	7,9	11,3	1,0	1,5	(0,1)
LAGOA NOVA	2,6	2,8	-	0,4	(0,0)
MARIANA	2,9	5,3	-	0,6	(0,3)
MIRACEMA	12,6	13,2	-	3,7	(0,2)
JANAÚBA	-	-	122,1	-	-
SANT'ANA	-	-	124,0	-	-
AIMORÉS	-	-	10,3	-	-
PARAGUAÇÚ	-	-	14,0	-	-
IVAÍ	-	-	186,1	-	-
EATE	15,6	57,4	-	5,7	(0,0)
EBTE	4,0	9,0	-	2,3	(0,2)
ECTE	1,2	4,7	-	0,4	(0,0)
EDTE	0,8	8,7	-	1,2	-
ENTE	1,1	33,9	-	2,9	(0,0)
ERTE	1,5	7,0	-	1,0	(0,0)
ESDE	1,0	1,5	-	0,3	-
ESTE	-	-	73,9	-	-
ETEP	3,1	12,0	-	1,8	-
ETSE	0,7	1,2	-	0,2	(0,0)
LUMITRANS	0,8	3,9	-	0,4	-
STC	0,9	1,7	-	0,7	-
TRANSIRAPE	1,6	5,1	-	0,6	(0,1)
TRANSLESTE	2,3	5,3	-	0,4	(0,1)
TRANSUDESTE	1,3	3,9	-	0,4	-
Total	224,8	557,6	533,3	196,2	(4,7)

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 4T20	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	RAP	Ativo Contratual 1T21
NOVATRANS	10%	1.403,3	52,1	119,3	0,5	33,3	(88,0)	1.520,4
TSN	11%	687,1	17,4	31,9	0,5	62,4	(81,3)	718,1
MUNIRAH	12%	59,2	1,7	2,9	0,9	4,2	(7,2)	61,6
GTESA	11%	27,3	0,7	1,5	-	0,6	(1,5)	28,7
PATESA	8%	118,5	2,2	6,1	0,0	1,5	(4,4)	123,9
ETEO	10%	404,2	10,2	22,9	-	12,6	(26,3)	423,6
NTE	15%	351,6	12,5	19,5	0,0	10,3	(23,0)	370,9
STE	10%	296,9	7,4	16,5	0,0	4,1	(12,7)	312,3
ATE	10%	645,5	15,7	38,0	0,0	7,9	(28,8)	678,3
ATE II	9%	854,7	17,5	43,6	0,0	17,8	(68,9)	864,7
ATE III ¹³	7%	487,6	8,0	9,7	0,0	11,4	(35,3)	481,5
ETAU ³	18%	119,6	1,7	37,3	-	2,8	(12,4)	149,0
BRASNORTE ³	6%	213,9	5,8	4,9	-	0,6	(7,1)	218,2
SÃO GOTARDO ¹	5%	65,3	0,9	1,5	-	0,2	(1,4)	66,5
SÃO JOÃO ¹³	6%	593,7	8,9	13,7	-	1,9	(12,9)	605,2
SÃO PEDRO ¹³	6%	510,7	7,9	11,3	1,0	1,5	(11,0)	521,5
LAGOA NOVA ¹³	9%	117,3	2,6	2,8	-	0,4	(3,2)	120,0
MARIANA ¹³	6%	202,7	2,9	5,3	-	0,6	(4,3)	207,2
MIRACEMA ¹³	9%	554,8	12,6	13,2	-	3,7	(17,1)	567,3
JANAÚBA ¹²³	10%	1.576,0	-	-	122,1	-	-	1.698,2
SANT'ANA ¹²³	9%	201,8	-	-	124,0	-	-	325,8
AIMORÉS ¹²³	8%	342,4	-	-	10,3	-	-	352,7
PARAGUAÇU ¹²³	8%	516,7	-	-	14,0	-	-	530,7
IVA ¹²³	8%	781,5	-	-	186,1	-	-	967,5
EATE ²	7%	985,8	15,6	57,4	-	5,7	(32,7)	1.031,9
EBTE ¹	4%	390,5	4,0	9,0	-	2,3	(9,4)	396,4
ECTE	6%	82,7	1,2	4,7	-	0,4	(2,7)	86,3
EDTE ¹³	9%	388,9	0,8	8,7	-	1,2	(26,4)	373,2
ENTE	6%	584,0	1,1	33,9	-	2,9	(9,6)	612,2
ERTE	5%	123,6	1,5	7,0	-	1,0	(3,8)	129,3
ESDE ¹	7%	64,6	1,0	1,5	-	0,3	(1,7)	65,8
ESTE ¹²³	8%	262,1	-	-	73,9	-	-	335,9
ETEP	6%	210,2	3,1	12,0	-	1,8	(7,4)	219,8
ETSE ¹	6%	50,5	0,7	1,2	-	0,2	(1,1)	51,5
LUMITRANS	5%	72,2	0,8	3,9	-	0,4	(3,1)	74,2
STC ¹	5%	77,1	0,9	1,7	-	0,7	(3,5)	76,9
TRANSIRAPE	8%	95,6	1,6	5,1	-	0,6	(3,7)	99,1
TRANSLESTE	10%	93,3	2,3	5,3	-	0,4	(4,4)	96,9
TRANSUDESTE	8%	71,2	1,3	3,9	-	0,4	(3,6)	73,2
Total		13.018,0	224,8	557,6	533,3	196,2	(559,9)	15.636,5

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

5.3. DRE 1T21

DRE	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	1T21	1T20*	Var	1T21	1T20	Var
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	0,0%	439.686	418.693	5,0%
Operação e manutenção	175.029	161.252	161.252	8,5%	-	-	0,0%
Remuneração do ativo contratual de concessão	187.001	148.754	148.754	25,7%	-	-	0,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	364.847	123.339	123.339	195,8%	-	-	0,0%
Receita de Implementação de Infraestrutura	249.178	315.664	315.664	-21,1%	-	-	0,0%
Outras receitas operacionais	5.809	14.018	14.018	-58,6%	(8.668)	250	-
Parcela variável	(4.281)	(6.359)	(6.359)	-32,7%	(4.281)	(6.359)	-32,7%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	977,583	756,668	756,668	29,2%	426.737	412.585	3,4%
PIS e COFINS	(52.769)	(50.429)	(50.429)	4,6%	(23.972)	(21.936)	9,3%
ISS	(150)	(91)	(91)	65,2%	(150)	(91)	65,2%
ICMS	(4)	-	-	0,0%	(4)	-	0,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(16.211)	(17.750)	(17.750)	-8,7%	(16.211)	(17.750)	-8,7%
Outras deduções	-	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Deduções da receita operacional bruta	(69.134)	(68.270)	(68.270)	1,3%	(40.337)	(39.777)	1,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	908.449	688.398	688.398	32,0%	386.401	372.808	3,6%
Pessoal	(42.842)	(38.605)	(38.605)	11,0%	(42.842)	(38.605)	11,0%
Material	(168.581)	(194.851)	(194.851)	-13,5%	(709)	(320)	121,5%
Serviços de terceiros	(11.955)	(14.305)	(14.305)	-16,4%	(11.955)	(14.305)	-16,4%
Outras despesas operacionais	(11.597)	(4.762)	(4.762)	143,6%	(14.189)	(6.926)	104,9%
Custos e Despesas	(234.974)	(252.523)	(252.523)	-6,9%	(69.694)	(60.156)	15,9%
Depreciação e amortização	(4.686)	(3.446)	(3.446)	36,0%	(63.091)	(57.108)	10,5%
Custos, Despesas e D&A	(239.661)	(255.969)	(255.969)	-6,4%	(132.786)	(117.263)	13,2%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	0,0%	-	-	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	668.788	432.430	432.430	54,7%	253.615	255.544	-0,8%
Resultado de equivalência patrimonial	205.253	174.020	174.020	17,9%	38.725	40.547	-4,5%
Renda de aplicação financeira	4.410	12.956	12.956	-66,0%	4.410	12.956	-66,0%
Despesas financeiras	(187.506)	(147.815)	(147.815)	26,9%	(186.800)	(147.085)	27,0%
Empréstimos e financiamentos	(51.439)	(114.119)	(114.119)	-54,9%	(51.439)	(114.119)	-54,9%
- Juros incorridos	(8.614)	(3.348)	(3.348)	157,3%	(8.614)	(3.348)	157,3%
- Variações monetárias	-	2	2	-100,0%	-	2	-100,0%
- Variação cambial	(55.951)	(111.280)	(111.280)	-49,7%	(55.951)	(111.280)	-49,7%
- Ajuste ao valor justo	13.126	508	508	2486,1%	13.126	508	2486,1%
Instrumentos financeiros derivativos	29.557	92.460	92.460	-68,0%	29.557	92.460	-68,0%
- Juros incorridos	(13.268)	(5.866)	(5.866)	126,2%	(13.268)	(5.866)	126,2%
- Variação cambial	55.951	111.280	111.280	-49,7%	55.951	111.280	-49,7%
- Variações monetárias	-	-	-	0,0%	-	-	0,0%
- Ajuste ao valor justo	(13.126)	(12.954)	(12.954)	1,3%	(13.126)	(12.954)	1,3%
Debêntures	(160.060)	(121.188)	(121.188)	32,1%	(160.060)	(121.188)	32,1%
- Juros incorridos	(65.306)	(66.558)	(66.558)	-1,9%	(65.306)	(66.558)	-1,9%
- Variações monetárias	(94.754)	(54.630)	(54.630)	73,4%	(94.754)	(54.630)	73,4%
- Marcação a Mercado	-	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Despesa Financeira – Arrendamento	(706)	(730)	(730)	-3,3%	-	-	0,0%
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(4.858)	(4.239)	(4.239)	14,6%	(4.858)	(4.239)	14,6%
Resultado financeiro	(183.096)	(134.859)	(134.859)	35,8%	(182.390)	(134.130)	36,0%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	690.945	471.590	471.590	46,5%	109.950	161.962	-32,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(135.094)	(80.348)	(80.348)	68,1%	(2.185)	(22.719)	-90,4%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	555.852	391.242	391.242	42,1%	107.765	139.243	-22,6%
EBITDA	673.475	435.876	435.876	54,5%	316.706	312.652	1,3%
Margem EBITDA	74,1%	63,3%	63,3%	10,8 pp	82,0%	83,9%	-1,9 pp

*A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

5.4. DRE IFRS 1T21 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE IFRS	R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Operação e manutenção	4.716	16.977	-	-	-	-	1.360
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.479	30.816	-	-	-	-	5.209
Correção monetária do ativo contratual de concessão	6.436	139.531	-	-	-	-	14.076
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	75.364	10.268	13.972	186.062	263	
Outras receitas operacionais	939	2.283	-	-	-	-	1.498
Parcela variável	-	(229)	-	-	-	-	(139)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	13.571	264.742	10.268	13.972	186.062	22.267	
PIS e COFINS	(1.914)	(16.297)	(950)	(1.292)	(17.211)	(803)	
ISS	-	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(369)	(3.426)	-	-	-	-	(516)
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(2.283)	(19.724)	(950)	(1.292)	(17.211)	(1.319)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11.288	245.018	9.318	12.680	168.851	20.948	
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	-	-	-	-	-	-	
Pessoal	(160)	(5.203)	(94)	(150)	(174)	(203)	
Material	(6)	(37.775)	(1.929)	(2.075)	(102.346)	(2.570)	
Serviços de terceiros	(1.074)	(2.706)	(121)	(105)	(153)	(763)	
Outras despesas operacionais	(7)	(1.265)	(8)	(8)	(9)	(133)	
Custos e Despesas	(1.247)	(46.949)	(2.151)	(2.338)	(102.682)	(3.668)	
Depreciação e amortização	(214)	(23)	(12)	(16)	(13)	(4)	
Custos, Despesas e D&A	(1.461)	(46.973)	(2.163)	(2.354)	(102.694)	(3.672)	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	9.827	198.046	7.154	10.326	66.157	17.276	
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.626	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	27	537	55	53	2.315	49	
Despesas financeiras	(302)	(10.409)	(2)	(2)	(33.712)	(459)	
Juros incorridos	(281)	-	-	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais	(4)	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(17)	(840)	(2)	(2)	(33.712)	(28)	
Resultado financeiro	(275)	(9.873)	53	51	(31.397)	(410)	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	9.552	189.799	7.208	10.377	34.760	16.866	
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.526	(53.066)	(2.373)	(3.447)	(7.150)	(799)	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	13.078	136.733	4.834	6.930	27.610	16.067	
EBITDA	10.041	198.069	7.167	10.342	66.170	17.280	
Margem EBITDA	89,0%	80,8%	76,9%	81,6%	39,2%	82,5%	

5.5. DRE Regulatório 1T21 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

	R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão		7.433	94.280	-	-	-	13.285
Operação e manutenção		-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão		-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão		-	-	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura		-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais		-	-	-	-	-	-
Parcela variável		-	(229)	-	-	-	(139)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		7.433	94.052	-	-	-	13.146
PIS e COFINS		(342)	(4.621)	-	-	-	(480)
ISS		-	-	-	-	-	-
ICMS		-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(369)	(3.426)	-	-	-	(516)
Outras deduções		-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta		(711)	(8.048)	-	-	-	(996)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		6.722	86.004	-	-	-	12.150
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS			-	-	-	-	-
Pessoal		(160)	(5.203)	(94)	(150)	(174)	(203)
Material		(2)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros		(1.074)	(2.706)	(127)	(112)	(160)	(763)
Outras despesas operacionais		(7)	(1.265)	(8)	(8)	(9)	(133)
Custos e Despesas		(1.244)	(9.174)	(230)	(270)	(343)	(1.099)
Depreciação e amortização		(878)	(11.367)	(6)	(10)	(6)	(1.285)
Custos, Despesas e D&A		(2.121)	(20.541)	(235)	(280)	(349)	(2.384)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.601	65.463	(235)	(280)	(349)	9.766
Resultado de equivalência patrimonial		-	910	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira		27	537	55	53	2.315	49
Despesas financeiras		(302)	(10.409)	(1)	(1)	(33.711)	(459)
Juros incorridos		(281)	(9.218)	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais		(4)	(352)	-	-	-	-
Ajuste ao valor justo		-	-	-	-	-	-
Arrendamento		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas		(17)	(840)	(1)	-	(33.711)	(28)
Resultado financeiro		(275)	(9.873)	54	52	(31.396)	(410)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		4.325	56.500	(181)	(228)	(31.745)	9.357
Imposto de Renda e Contribuição Social		5.516	(6.486)	136	156	15.459	(437)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		9.841	50.015	(45)	(72)	(16.286)	8.920
EBITDA		5.478	76.830	(230)	(270)	(343)	11.051
Margem EBITDA		81,5%	89,3%	-	-	-	91,0%

5.6. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

R\$ MM	1T21	1T20*	Var. %
Lucro Líquido	555,9	391,2	42,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	135,1	80,3	68,1%
Despesas Financeiras Líquidas	183,1	134,9	35,8%
Depreciação e Amortização	4,7	3,4	36,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(205,3)	(174,0)	17,9%
EBITDA	673,5	435,9	54,5%
Margem EBITDA	74,1%	63,3%	10,8 pp

*A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

Reconciliação EBITDA Regulatório

R\$ MM	1T21	1T20	Var. %
Lucro Líquido	107,8	139,2	-22,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	2,2	22,7	-90,4%
Despesas Financeiras Líquidas	182,4	134,1	36,0%
Depreciação e Amortização	63,1	57,1	10,5%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(38,7)	(40,5)	-4,5%
EBITDA	316,7	312,7	1,3%
Margem EBITDA	82,0%	83,9%	-1,9 pp

5.7. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

	R\$ mil	1T21 IFRS	Ajustes	1T21 Regulatório
Ativos				
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.021.839	-	1.021.839
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-
Clientes		202.379	(15.101)	217.480
Ativo contratual de concessão		1.040.794	1.040.794	-
Impostos e contribuições sociais		141.628	-	141.628
Cauções e depósitos vinculados		11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-
Dividendos e JCP a receber		137.319	-	137.319
Estoque		8.987	-	8.987
Outras contas a receber		123.173	-	123.173
Total do Ativo Circulante		2.676.130	1.025.693	1.650.437
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante		9.671	-	9.671
Ativo contratual de concessão		8.873.258	8.873.258	-
Tributos Diferidos		-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos		-	(41.860)	41.860
Impostos e contribuições sociais		-	-	-
Investimentos		3.047.760	1.412.317	1.635.443
Clientes		19.664	-	19.664
Depósitos judiciais		53.531	-	53.531
Instrumentos financeiros derivativos		200.002	-	200.002
Outras contas a receber		31.181	-	31.181
Imobilizado		47.185	(6.262.080)	6.309.265
Intangível		89.515	(176.757)	266.272
Direito de uso		30.431	30.431	-
Total do Ativo Não Circulante		12.402.198	3.835.309	8.566.889
Total do Ativo		15.078.328	4.861.002	10.217.326
Passivos				
Fornecedores		81.622	-	81.622
Impostos e contribuições sociais		48.052	-	48.052
Empréstimos e financiamentos		122.961	-	122.961
Debêntures		405.176	-	405.176
Passivo de arrendamento		8.707	8.707	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-
Dividendos e JCP a pagar		105.931	-	105.931
Taxas regulamentares		61.556	-	61.556
Outras contas a pagar		61.113	13.655	47.458
Total do Passivo Circulante		895.118	22.362	872.756
Empréstimos e financiamentos		962.673	-	962.673
Debêntures		4.932.262	-	4.932.262
Passivo de arrendamento		24.300	24.300	-
Instrumentos financeiros derivativos		34.503	-	34.503
Impostos e contribuições diferidos		899.492	803.791	95.701
Tributos diferidos		553.694	553.694	-
Provisão para contingências		51.220	2.594	48.626
Provisão para desmobilização de ativos		457	457	-
Obrigações especiais		-	(11.334)	11.334
Fornecedores		44.272	-	44.272
Outras contas a pagar		82.126	-	82.126
Total do Passivo Não Circulante		7.584.999	1.373.502	6.211.497
Patrimônio Líquido				
Capital social realizado		3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital		598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros		1.944.396	-	1.944.396
Dividendos adicionais propostos		456.035	-	456.035
Ajuste de avaliação patrimonial		1.157	-	1.157
Reserva AFAC		-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio		-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados		-	3.012.822	(3.012.822)
Resultado do período		555.852	448.087	107.765
Atribuído a participação dos acionistas controladores		6.598.211	3.465.138	3.133.073
Participação de acionistas não controladores		-	-	-
Total do Patrimônio Líquido		6.598.211	3.465.138	3.133.073
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		15.078.328	4.861.002	10.217.326

5.8. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa

	R\$ mil	1T21 IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		555.852
Itens de resultado que não afetam o caixa:		-
Resultado de equivalência patrimonial		(205.253)
Depreciação e amortização		2.666
Amortização de direito de uso		2.042
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis		463
Provisão (Reversão) para compensação ambiental		-
Receita de aplicações financeiras		(4.410)
Custo Implementação - provisão fornecedores		165.515
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ		51.587
Juros e variações monetárias sobre debêntures		160.060
Juros passivo de arrendamento		706
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos		(29.557)
Imposto de renda e contribuição social correntes		7.709
Imposto de renda e contribuição social diferidos		127.385
Tributos diferidos		28.797
Remuneração do ativo contratual de concessão		(187.001)
Correção monetária do ativo contratual de concessão		(364.847)
Receita de Implementação de Infraestrutura		(249.178)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-
Provisão (Reversão) para parcela variável		(757)
		61.779
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes		(11.273)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão		259.171
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos		(14.023)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos		(40.378)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores		(164.820)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares		(980)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar		45.593
Dividendos recebidos das controladas		-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig		42.029
		115.319
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		177.098
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.065)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		159.033
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos		4.326
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível		(5.049)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido		-
Aquisição de controladas em conjunto		-
Aquisição de coligadas		-
Aumento de capital em controladas em conjunto		(19.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos		(19.723)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos		-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(3.098)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(6.585)
Captação de debêntures		(10)
Pagamento de debêntures - principal		-
Pagamento de debêntures - juros		-
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros		(901)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ		-
Pagamento de passivo de arrendamento		(2.614)
Aquisição de Participação de Controlada		-
Pagamento de dividendos e JCP		-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-
Aumento de capital		-
Outros		-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		(13.208)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		126.102
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		896.031
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		1.021.839
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		125.808

5.9. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa

	1T21
	R\$ mil Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	107.765
Itens de resultado que não afetam o caixa:	-
Resultado de equivalência patrimonial	(38.725)
Depreciação e amortização	63.092
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	463
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(4.410)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	51.587
Juros e variações monetárias sobre debêntures	160.060
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(29.557)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.709
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.524)
Tributos diferidos	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(757)
	311.703
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(11.273)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(14.023)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	3.115
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(40.378)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	695
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(980)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	54.584
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	42.029
	33.769
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	345.472
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.065)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	327.407
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	4.326
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(172.921)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	(19.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(187.595)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(3.098)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(6.585)
Captação de debêntures	(10)
Pagamento de debêntures - principal	-
Pagamento de debêntures - juros	-
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(901)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	-
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(10.594)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	129.218
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	896.031
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.021.839
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	125.808

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.